

Agora, o que for aprovado será definitivo

Josemar Gonçalves — 22/6/88

Carmen Kozak

Os parlamentares iniciam amanhã a última etapa dos trabalhos da Constituinte: a votação de segundo turno. Depois de quase três semanas de "recesso branco", o presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, acredita ser possível manter quorums nas sessões que serão realizadas de segunda a quinta-feira (à tarde e à noite). Sempre otimista em relação aos prazos, Ulysses chegou a afirmar que a votação de segundo turno poderá ser concluída em "dez dias". Para isso, conta com os acordos das lideranças, que se reúnem amanhã de manhã para negociar a votação dos quase 2 mil destaques que foram apresentados ao projeto aprovado em primeiro turno.



A votação de segundo turno não será tão fácil quanto alguns constituintes estão prevendo. Nessa fase, todos os grupos estão mais cautelosos, já que o resultado é definitivo e fará parte do texto da futura Constituição. O vice-líder do PT, deputado Plínio de Arruda Sampaio (SP), acredita que não é possível fazer qualquer previsão de conclusão dos trabalhos, principalmente pelo forte de que as lideranças não iniciaram ainda as conversações necessárias para a agilização da votação dos pontos polêmicos. Plínio até ironizou, afirmando "que ninguém aqui é o Mike Tyson para tentar um nocaute no primeiro round".

Pressa

Todos os grupos, no entanto, têm consciência de que se os trabalhos não forem acelerados e concluídos até o final do mês de agosto

Gazeteiro, punido, preocupa

Cento e vinte e três constituintes tiveram seus salários descontados no último mês de junho, por faltarem às sessões da Assembleia Nacional Constituinte. O número é quatro vezes superior ao mês de maio, quando 29 constituintes sofreram descontos em seus vencimentos, e demonstra que a medida tomada pela Mesa da Constituinte, para reduzir o problema da falta de quorum, não intimidou os faltosos. Cada ausência, em junho, equivale a sua redução de Cr\$ 42 mil no salário do parlamentar, que só é aplicada quando ele completa quatro faltas consecutivas ou sete alternadas.

A lista com os nomes dos constituintes e o número de vezes em que deixaram de comparecer às sessões ainda não foi divulgada. A Mesa da Constituinte já encaminhou a relação para publicação no Diário da Assembleia Nacional Constituinte, que circula apenas quando há sessão.

Cento e onze deputados e 12 senadores integram a relação, entre eles os campeões de ausências, Mário Bouchardet (PMDB-MG) e Felipe Cheide (PMDB-SP), que em junho aparecem com 16 faltas, duas a mais que em maio. Segundo a administração da Câmara, porém, há entre os nomes, parlamentares que estão justificando as ausências e, por isso, podem receber o salário integral, hoje em torno de Cr\$ 1.260.000,00. São aceitas justifica-

a pomulção da nova Carta ainda este ano está comprometida. Isto porque a proximidade das campanhas municipais poderá provocar um esvaziamento irremediável, impedindo a presença de 280 constituintes às sessões. Assim, as lideranças adotaram alguns critérios que permitirão maior rapidez nas sessões.

Um dos principais acertos diz respeito à preferência automática das emendas de supressão total. Isso evitará as discussões de plenário para assegurar a preferência de uma ou outra proposta, que em alguns casos já tomou mais de uma hora de uma sessão. A preferência para os outros destaques (de supressão parcial) também está resolvida: caso a supressão total seja rejeitada, todas as outras propostas sobre o tema serão votadas pelo plenário de acordo com a ordem de apresentação do pedido à Secretaria Geral da Mesa.

Voto simbólico

Além disso, as lideranças estabeleceram que as emendas de erro ou omissão — corrigindo erros gramaticais ou de transcrição de um relatório para o outro — serão apreciadas por votação simbólica. Ou seja, não será necessário o processo de votação eletrônica, que consome de 15 a 20 minutos da sessão. Com a votação simbólica um dispositivo poderá estar aprovado em apenas alguns segundos, pois o processo de consulta é o seguinte: o presidente da Mesa pergunta ao plenário se alguém é contra a proposta. Caso ninguém se manifeste ela está automaticamente aprovada.

Mas nenhuma norma ou acordo de liderança poderá evitar manobras regimentais, como a obstrução. Tanto a esquerda quanto a direita garantem que se perceberem, em um primeiro momento, que serão derrotados no plenário, retirarão suas bancadas.

Prejuízos

Sob o aspecto financeiro, a falta às sessões traz um prejuízo exclusivamente para o bolso do parlamentar. O problema mais grave, porém, reflete-se no plenário da Constituinte, e diz respeito à falta de quorum para sustentar as votações e apressar a conclusão de futura Carta. O receio de que o crescente quadro de ausências se agrave ainda mais agora, no segundo turno, por causa da campanha às eleições municipais, já foi manifestado por várias lideranças, inclusive pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. 121 parlamentares pretendem disputar o pleito.

Para tentar realizar sua intenção de concluir o segundo turno em no máximo vinte dias, o deputado Ulysses Guimarães informou esta semana que fará um apelo aos constituintes, para que conciliem a campanha com suas obrigações em Brasília. No calendário que elaborou para a última etapa de votações, Ulysses reservou as sextas, sábados e domingos para que os constituintes possam ir a seus Estados, cuidarem daquilo que chamam de "deveres da campanha". No primeiro turno mesmo sem campanha, havia quorum apenas às terças, quartas e quintas, apesar de estarem marcadas sessões também às segundas e sextas-feiras. (João Alexandre Lombardo)



A partir de amanhã, a Constituinte volta a concentrar as atenções, com plenário e galerias cheios. As votações serão decisivas

Briga é pela ordem sócio-econômica

Direitos sociais e Ordem Econômica. Estes são os principais alvos da última batalha entre os grupos de direita e esquerda na Constituinte. Com o apoio do governo e do empresariado, os conservadores saem na frente com uma lista de 23 itens que devem ser suprimidos na votação do segundo turno. Mais organizados internamente, os partidos de esquerda vão lutar pela manutenção do que já foi aprovado até o momento, e têm uma lista de supressão que é considerada essencial apenas em três pontos: reforma agrária, anistia fiscal e monetária e papel das Forças Armadas.

Os dois grupos são unânimes em pelo menos um ponto: nada será aprovado em segundo turno se não existir acordo. Mesmo assim poucas mudanças fundamentais deverão ocorrer, pois os pontos considerados principais são inegociáveis. A reforma agrária é um exemplo disso. Nesta etapa não há como encontrar uma solução intermediária: ou o dispositivo permanece ou sai definitivamente. Portanto, a esquerda não abrirá mão da supressão do inciso que exclui as terras produtivas da reforma agrária, e os conservadores farão tudo pela sua manutenção.

Anistia

Como em outras etapas, o governo poderá se aliar com a esquerda para derrubar questões defendidas pelos conservadores. O principal embate ocorrerá na votação da anistia do pagamento de correção monetária das dívidas contraídas durante o Plano Cruzado por pequenos empresários e produtores rurais. Todos os partidos de esquerda, inclusive o PDT, que apoiou a proposta no primeiro turno, querem tirá-la da nova Carta. Para isso, contam com o parecer favorável do relator Bernarbo Cabral.

No capítulo dos direitos sociais, no entanto, o governo será o principal opositor das esquerdas, dando sustentação para que o empresariado e conservadores derrubem os principais avanços. O governo tem consciência de que esta não será uma tarefa fácil, pela dificuldade de trazer os integrantes do Centrão ao plenário. O Palácio do Planalto já tem em mãos um relatório elaborado pelo deputado Basílio Villani (PMDB-PR) mostrando que os maiores "gazeteiros" da Constituinte são os parlamentares que sustentam as teses do governo. (C.K.)

O que a esquerda defende

Reforma agrária

A supressão total do inciso que exclui as terras produtivas da reforma agrária.

Anistia fiscal e monetária

Retirar a anistia do pagamento da correção monetária das dívidas contraídas pelos pequenos e micro-empresários e produtores rurais durante o Plano Cruzado. Além disso, retira do texto, o "perdão" do pagamento de juros, correção monetária de débitos tributários.

Direito de propriedade

Retirada do direito de propriedade previsto no capítulo dos Direitos Fundamentais, permanecendo apenas o do título da Ordem Econômica.

Forças Armadas

O limite do papel das Forças Armadas com a supressão da

responsabilidade pelo cumprimento da "lei e da ordem".

Verbas públicas

Acabar com a destinação de verbas públicas às áreas de previdência, educação, saúde e esportes exercidas pela iniciativa privada. As verbas não poderão ser concedidas sequer a entidades filantrópicas.

Estado de Defesa

Retirar, integralmente, o dispositivo que criou o Estado de Defesa — em lugar das medidas de emergência e Estado de Emergência. Retirar poderes do Conselho de Defesa Nacional.

"Trens da alegria"

Pôr fim a todos os "trens da alegria" existentes no texto constitucional. O principal deles é o que efetiva todos os funcionários da administração direta e indireta que tiverem mais de cinco anos de contrato.

Os interesses da direita

Jornada de seis horas

Suprimir o dispositivo que estabelece para os trabalhadores a jornada máxima de seis horas nos turnos ininterruptos de revezamento.

Licença paternidade

Suprimir a licença paternidade de oito dias.

Aviso prévio

Acabar com o aviso prévio proporcional, por tempo de serviço.

Greve

Suprimir o direito de greve no funcionalismo público e nos serviços essenciais.

Voto aos 16 anos

Suprimir o direito de voto aos 16 anos, ou então a responsabilidade criminal desses menores.

Produção agropecuária

Retirar da União a competência

e responsabilidade pela organização da produção agropecuária e abastecimento.

Imposto sobre fortunas

Acabar com a possibilidade de taxaço tributária sobre grandes fortunas.

Imposto adicional

Suprimir o imposto adicional de 5% que poderá ser instituído pela União sobre os ganhos e lucros do capital.

Mineração

Desnacionalizar a exploração mineral, ao permitir que ela seja feita também pelas empresas brasileiras com capital estrangeiro.

Contratos de risco

Acabar com a proibição dos contratos de risco para a pesquisa e lavra de petróleo.

Mandato de Sarney volta ao debate

O debate sobre a duração do mandato do presidente José Sarney será reaberto na Constituinte, porque duas emendas ao texto de Constituição do relator Bernardo Cabral — uma do deputado Pimenta da Veiga (PSDB-MG) e outra do deputado Haroldo Lima (PC do B—BA) — propõem que se elimine, da futura Carta, a referência à data em que o atual presidente deverá deixar o governo.

As duas emendas, objeto de destaque a ser apreciado pela Assembleia, receberam pareceres contrários de Cabral.

"A polémica em torno da data das eleições diretas para a Presidência da República" — afirma Bernardo Cabral — "está definitivamente encerrada com a votação no primeiro turno da Constituinte".

Além desta manifestação, sobre a proposta do líder do PC do B, o relator da Constituinte reitera, quanto à iniciativa do líder dos "tucanos" na Câmara: "Acreditamos que as questões de datas, sejam de eleições ou de término de mandatos eletivos, foram definitivamente resolvidas no primeiro turno de votação da Constituinte".

Propostas

No ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a Constituinte aprovou em primeiro turno, depois de muita controvérsia, o seguinte artigo quinto do último capítulo da nova Carta:

Artigo 5º — O mandato do atual presidente terminará em 15 de março de 1990.

Parágrafo 1º — A primeira eleição para presidente da República após a promulgação da Constituição realizar-se-á no dia 15 de novembro de 1989.

Parágrafo 3º — Os mandatos de governadores e dos vice-governadores eleitos em 15 de novembro de 1986 terminarão em 15 de março de 1991.

O líder Pimenta propõe, em sua emenda, a supressão do artigo 5º do ADCT e do parágrafo terceiro do mesmo dispositivo. Haroldo Lima suprime apenas as expressões "de



Pimenta (E) e Lima: suprimir data que Sarney deixa o governo

1989", no caput do artigo, e a expressão "de 1989" no parágrafo primeiro desse dispositivo.

Ao deixarem em aberto a questão de duração do mandato de Sarney, pela eliminação do artigo de ADCT ou de algumas de suas expressões, Pimenta e Haroldo Lima pretendem que se aplique, no caso, a regra geral inscrita no projeto de nova Carta, que prevê a posse do futuro presidente em 1º de janeiro de 1990. Neste caso o mandato de Sarney seria reduzido em pelo menos 2 meses e meio.

Quando aos governadores, Haroldo aceita a regra em favor dos atuais governadores, que termina o fim de seus mandatos em 15 de março de 1991. Pimenta pretende que a eles se aplique o princípio geral da posse dos futuros governadores em 1º de janeiro.

Isonomia

Pimenta e Haroldo não acreditam, como sustenta Cabral, que o debate em torno do mandato do atual presidente esteja encerrado. Por dois motivos: primeiro porque nas comissões temáticas e de siste-



Josemar Gonçalves — 20.07.87

matização prevaleceu o mandato de quatro anos para Sarney, depois elevado para cinco anos, no plenário da Assembleia. Segunda razão: os defensores do mandato de cinco anos para Sarney invocaram, em favor dessa tese, o princípio da isonomia, isto é, da igualdade de tratamento legal entre Sarney e seus sucessores. Como estes, na parte permanente da Carta, tiveram cinco anos, alegou-se, não seria justo que Sarney ganhasse apenas quatro anos de mandato. Mas, com o confronto entre o corpo permanente da Constituição e o ADCT, Sarney acabou ficando com cinco anos completos de mandato, embora tenha sido eleito indiretamente, e seu sucessor na Presidência — a ser eleito pelo voto direto e por maioria absoluta de votos (devido à adoção do pleito em dois turnos) governará o País apenas por quatro anos, nove meses e quinze dias, de 31 de março de 1991 a 31 de dezembro de 1995. De mais a mais, alegam os dois constituintes, durante a votação do mandato de Sarney, pelo menos 36 deputados e senadores mudaram de pensamento mais de uma vez e podem fazê-lo de novo. (Rubem de Azevedo Lima)

Ulysses prevê votação ágil

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, quer aprovar rapidamente a nova Constituição. Esta semana, ele esperava aprovar, sem problemas, o projeto elaborado pelo relator Bernardo Cabral a partir das decisões tomadas pelo plenário no primeiro turno de votação, que serviria, então, como texto-base para posteriores mudanças.

Pelo regimento da Constituinte, são necessários 280 votos ou seja, a metade mais um dos membros da Constituinte, para a aprovação do texto-base, que, então, pode ser alterado, artigo a artigo, pelas emendas supressivas apresentadas. Essas emendas, também, devem alcançar 280 votos para serem aprovadas.

Sempre que as emendas não forem apoiadas pela maioria absoluta da Constituinte, o artigo a que elas se referem está automaticamente confirmado. Assim, quem está satisfeito com o resultado do primeiro turno e quer mantê-lo, só tem a obrigação de reunir 280 votos uma vez no dia da votação do texto-base. Quem está descontente com o projeto, ao contrário, terá de mobilizar 280 votos a cada artigo.

O deputado Ulysses Guimarães contava com uma aprovação tranquila, no início desta semana, do projeto elaborado por Cabral porque a tradição da Constituinte é a de confirmar o texto que tem o apoio da maioria.